

Jornal inglês vê com preocupação 'vazio de poder'

LONDRES — "O vazio de poder que surgiu nos seis meses desde que o Congresso tomou posse como Assembleia Constituinte está tendo um impacto prejudicial à credibilidade do Brasil", afirma o jornal britânico "Financial Times" em editorial publicado ontem. "Tanto interna quanto externamente, os que devem tratar com os líderes políticos do Brasil estão cada vez mais sem saber quem — se há alguém — está na Chefia. Além do mais, a contínua luta pelo poder entre o Presidente José Sarney e os líderes do Congresso — eles próprios divididos — não deixa uma clara impressão sobre que decisões cruciais relacionadas à política podem ser iminentes".

Depois de manifestar a opinião de que a única posição compartilhada por todos os políticos brasileiros é a de que qualquer fiscalização acentuada da economia nacional pelo FMI é inaceitável, diz o jornal inglês: "Embora o quadro pareça sombrio, há alguns fragmentos de conforto. Na pessoa do sr. Bresser Pereira o Brasil tem, finalmente, um Ministro da Fazenda digno de fé, com uma estratégia razoavelmente coerente tanto para com a dívida externa quanto para a economia interna, ainda que o seu programa seja encarado com muito ceticismo político. Em segundo lugar, há sinais de um crescente consenso extra-governamental de que o tradicional sistema federal paternalístico deve ser substituído pelas forças da livre iniciativa, da livre negociação coletiva e da descentralização".

O editorial fala também na possibilidade de o Presidente Sarney vir a criar um partido próprio, a partir da "sua base natural de centro-direita, que possui uma grande maioria no Congresso".

Jurista dos EUA dá a sua opinião sobre a nova Carta

Descentralização dos poderes, proteção aos direitos individuais do cidadão e criação de um Judiciário forte e independente para que se possa garantir, na prática, essas liberdades individuais. Essa é a receita que o jurista americano Keith S. Rosenn, ex-Consultor do Banco Mundial, Diretor do Programa de Mestrado em Direito Inter-Americano da Universidade de Miami e uma autoridade em leis brasileiras — prescreveu para os constituintes elaborarem a nova Carta.

O Professor Rosenn, de passagem pelo Rio de Janeiro, onde proferiu duas palestras sobre tradições jurídicas brasileiras e norte-americanas, criticou o tamanho do texto que está sendo analisado pela Comissão de Sistematização. Segundo ele, os constituintes brasileiros estão transformando em código de lei o que, por definição, deveriam ser os princípios básicos de uma Nação. Rosenn revelou que o segredo da Constituição americana, que tem apenas sete artigos e já dura 200 anos, está no fato dela conter apenas os princípios básicos que norteiam a vida do povo americano, ficando as questões específicas para a legislação ordinária.

— Apenas ontem eu recebi o texto que está sendo analisado pela Comissão de Sistematização. Não tive tempo de analisá-lo, mas existe até um artigo fixando em 12 por cento ao ano a taxa de juros dos bancos, o que somente pode ser definido de acordo com as leis de mercado. Se a taxa de inflação chegar aos 200 por cento,



Rosenn acha necessário descentralizar os poderes

que instituição irá emprestar dinheiro a 12 por cento?

Simpático e muito falante, Rosenn, que por diversas vezes mistura o inglês, o português e o espanhol, citou o historiador brasileiro Capistrano de Abreu para definir o principal problema das Constituições no Brasil. Segundo o historiador, a Constituição deveria ter apenas dois artigos: o primeiro estabelecendo que as leis devem ser respeitadas e o segundo revogando todas as disposições em contrário. Keith Rosenn afirma que somente a estabilidade econômica e a tranquilidade política poderão garantir o respeito a Constituição.

— Desde que se tornaram independentes, os países da América Latina já tiveram 277 constituições, o que dá uma média de 13 para cada País. Acho que uma das causas dessa instabilidade está no conflito que a América Latina vive entre a tradição democrática herdada dos americanos e dos ingleses e a tradição elitista e autoritária herdada dos portugueses e espanhóis.

Emenda de Gasparian acaba com os atuais e os futuros 'marajás'

BRASÍLIA — O Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) vai apresentar emenda ao substitutivo do Relator Bernardo Cabral para acabar com os "marajás". A emenda fixa a remuneração máxima — que inclui o salário e as vantagens — e prevê a cassação do direito adquirido dos

Segundo Gasparian, a maioria dos altos salários foi conseguida na Justiça, com vantagens calculadas com base no "efeito casca-

ta". Esses processos acabam vitoriosos porque os juizes não têm parâmetro legal que os impeça de dar ganho de causa aos servidores. A Constituição só proíbe salário maior do que o do Presidente, mas nada menciona sobre vantagens e outros proventos.

Pela emenda de Gasparian, a remuneração máxima será fixada anualmente, quando o Executivo estabelecer o salário mínimo, criando-se assim uma relação entre a menor e a maior remuneração no serviço público.